



Os marajás da Câmara

Mais de 50 funcionários da Câmara Municipal de São Paulo recebem salários superiores a R\$ 12 mil mensais. Entre eles, há assessores administrativos que chegam a ganhar R\$ 46 mil, embora seu salário-base seja de R\$ 3.100,00. Muitos gabinetes dos vereadores ainda mantêm 26 assessores, que recebem entre R\$ 3.200,00 e R\$ 15 mil, apesar da aprovação, em fevereiro de 2002, do projeto de resolução que diminuiu para 18 o número de funcionários nos gabinetes dos 55 vereadores. Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) na folha de pagamentos da Casa revelou gasto mensal de R\$ 275 mil somente com funcionários já aposentados que, além das “gordas aposentadorias”, têm remuneração entre R\$ 5 mil e R\$ 6 mil.

Para tratar do escândalo dos salários, que se arrasta há anos na Câmara, o Ministério Público Estadual (MPE)

vai se reunir com o presidente da Casa, Arselino Tatto (PT), nos próximos dias. A intenção é investigar os marajás e apontar caminhos legais para que o dinheiro público deixe de financiar o custoso sistema de favorecimentos que sempre prevaleceu no Legislativo.

A Câmara Municipal consumia, no início da atual legislatura, 93% do seu orçamento com folha de pagamentos, custeando salários astronômicos e mantendo disparidades absurdas entre as várias categorias de funcionários. Ao assumir a presidência da Casa, em 2001, o vereador José Eduardo Martins Cardoso prometeu cortar os altos salários, racionalizar gastos e eliminar luxos e mordomias. Em entrevista ao *Estado*, Martins Cardoso comentou a existência de “salários exorbitantes de R\$ 40 mil” e previu: “Acho que não teremos outra oportunida-

de na história de São Paulo de fazer uma grande mudança na Câmara e reconstruir o Poder Legislativo.”

Enfrentou, no entanto, dura resistência e a reforma quase não saiu do papel. De carona no marketing da moralização, vereadores aprovaram resoluções estabelecendo a data de 15 de fevereiro de 2002 como prazo-limite para atender à proposta de redução da verba de gabinete, assim como para a redução do número de funcionários. Exigiram, porém, que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) fizesse um diagnóstico da administração da Casa e apresentasse propostas de mudanças, o que só foi feito em junho de 2002 por causa dos obstáculos erguidos pelos próprios vereadores à contratação dos consultores. Entre as sugestões da FGV estavam a redução da verba de gabinete de R\$ 90 mil mensais para R\$ 55 mil, a eliminação de várias gratificações e a criação de estrutura central para aten-

Salários e benefícios exorbitantes exaurem o orçamento da Câmara

dimento dos parlamentares.

Em setembro, funcionários conseguiram suspender da Justiça a liminar que eliminaria bonificações consideradas ilegais no estudo preparado pela FGV. Os vereadores, por sua vez, continuam adiando a aprovação da redução de 40% das verbas de gabinete, que deveria ter ocorrido em maio de 2002, ano eleitoral. Muitos estavam preocupados em se eleger deputados, outros em garantir apoio a companheiros de partido e nenhum estava interessado em entrar em atritos com apadrinhados empregados na Câmara.

Agora, o MPE se cansou de esperar e cobrará de Arselino Tatto a reforma. “Aceito ajuda, mas não imposição”, avisou o presidente da Câmara Municipal. É preciso lembrar que a imposição poderá ser feita pelo eleitorado. Nas urnas, no próximo ano.

Chorar pela Argentina

Parece que nós, latino-americanos, não aprendemos nunca, nem mesmo com as lições mais decoradas. O exemplo da Argentina está aí para confirmar, visto que os argentinos poderão eleger novamente o Menem para presidente. Este retorno do milongueiro-mor platino só uma letra de tango pode explicar. **Laércio Zanini** (arsene@uol.com.br), Garça

A lei do mais forte

Muito oportuno e consistente o artigo de Celso Lafer sobre as *Consequências da guerra do Iraque* (20/4, A2), que assinala com precisão jurídica que os EUA “excluíram a ONU como instância institucional apta a legalizar o uso da força” e que tal “precedente do estado de exceção (...) põe em questão a função estabilizadora do Direito Internacional”, bem como “configura no plano da legitimidade uma alteração profunda, geradora de incertezas, do espaço de valores condicionador das ações de política externa”. Ademais, para Celso Lafer, “o precedente do estado de exceção (...) está gerando o medo da prevalência, no plano internacional, de um Estado de natureza hobbesiano”, ou seja, a lei do mais forte. Pela seriedade do exposto, creio justo e necessário ousar completá-lo, ponderando as consequências jurídicas do fato. Parece evidente ter havido gravíssima violação de normas fundamentais de convivência a cooperação, universalmente consagradas. De certo, o caso é de “cisão entre o militar e o político”, mas também é de ruptura entre o militar e o legal. Perpetuou-se, tudo indica, uma ilegalidade de grandes proporções que põe em xeque todo o sistema de defesa da paz e da segurança internacionais, lavrado na Carta da ONU com pleno apoio da comunidade mundial. Não haveria, então, que examinar também a questão da responsabilidade dos que a cometeram, como já vimos em outros momentos cruciais da recente História do mundo? **José Monserrat Filho** (monserrat@alternex.com.br), Rio de Janeiro

co”, mas também é de ruptura entre o militar e o legal. Perpetuou-se, tudo indica, uma ilegalidade de grandes proporções que põe em xeque todo o sistema de defesa da paz e da segurança internacionais, lavrado na Carta da ONU com pleno apoio da comunidade mundial. Não haveria, então, que examinar também a questão da responsabilidade dos que a cometeram, como já vimos em outros momentos cruciais da recente História do mundo? **José Monserrat Filho** (monserrat@alternex.com.br), Rio de Janeiro

Cuba e os democratas

Parabéns pelo artigo *Quem tem medo do socialismo?*, de Jarbas Passarinho (22/4, A2), que me pareceu perfeito, em todos os sentidos. Quem é democrata só pode reprovar a ditadura de Cuba pelas suas execuções e repressão de liberdades. Nosso governo não pode fazer outra coisa se se considera democrata. **Oswaldo Chiquetto** (oswaldochiquetto@superig.com.br), São Paulo

Parabéns ao sr. Jarbas Passarinho pela brilhante avaliação sobre Fidel Castro, Cuba e outros “socialismos” do gênero. Não sou politicamente engajado e menos ainda adepto da política de seu partido. Reconheço seus méritos de analista ativo e atento das atividades políticas em nossos dias. Não se calou, felizmente, diante do ocorrido em Cuba, como

se calaram as vozes que tantas vezes se voltaram contra os desmandos promovidos por seus adversários. Recordo-me do assassinato de Aldo Moro, quando também não ouvi essas vozes se levantarem em favor dos “direitos humanos”. Salvo os citados no artigo de ontem, sente-se um mutismo eloquente no seio do socialismo tupiniquim. Sem comentários. Estou satisfeito com o que li, agora. **Raul Pinto** (Rpnt62@hotmail.com), São Paulo

A cegueira de Saramago

Concordo com o jornalista Mauro Chaves (*Antes nunca do que tarde*, 19/4, A2). O patético adeus que José Saramago dá a Fidel Castro é uma das peças de retórica mais cínicas já pronunciadas por um “dissidente”. O chatíssimo escritor português, pobrezinho, teve as suas “esperanças arrasadas” porque três cubanos foram fuzilados sumariamente pela ousadia de querer fugir de um regime político hediondo. O autor de *Ensaio sobre a Cegueira* devia, até então, estar a brincar de cego, pois sua “perda de ilusões” sugere que este foi o primeiro e único crime cometido pelo ditador em quase meio século de carreira. Melhor faria se, como outro famoso amigo do peito de Fidel, o nosso resistente Oscar Niemeyer, ficasse na moita, bem quietinho, coerente com o seu passado. Afinal, o que são três cubanos a menos diante do extraordinário legado do “comandante”?

J. C. Ismael (jcismael@ig.com.br), São Paulo

Imposto de Renda

A Receita Federal ainda não concluiu a restituição do imposto pago a mais no ano passado e está terminando o prazo para a entrega das declarações de ajuste deste ano, que vão embolar com as antigas. Quando o serviço será posto em dia? **Roldão Simas Filho** (simas@aos2.com.br), Brasília

Motoqueiros

Desde há algum tempo aparecem, uma vez ou outra, queixas sobre o comportamento de motoqueiros. Na Sexta-Feira Santa aconteceu um fato que é digno de mencionar. Ando de bengala. Um motoqueiro, quando percebeu que eu estava esperando para atravessar a rua, segurou o trânsito, mesmo com o semáforo verde para ele, e não se importando com o buzinaço de alguns, me fez sinal para prosseguir. Só quando eu estava no outro lado da rua ele acelerou, não ligando para os gestos obscenos dos automobilistas. Isso aconteceu na esquina da Avenida Ceci com a Rua Afonso Mariano Fagundes. Sem mais comentários. **Rudolf Otto Loibl** (loibl@terra.com.br), São Paulo

■ As cartas devem ser encaminhadas – com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente – ao Fórum dos Leitores, Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900, pelo fax (011) 3856-2920 ou pelo e-mail forum@estado.com.br. As cartas poderão ser resumidas e o Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.